
ACORDOS E NEGÓCIOS: A FORMAÇÃO DE REDES DE PODER NO SERTÃO DA CAPITANIA DA PARAÍBA (1720-1750)

Mayara Millena Moreira Formiga ¹

Este nosso trabalho tem objetivado promover uma investigação histórica sobre as relações de poder vida administrativa do sertão da capitania da Paraíba, com o intuito de explicar e compreender os mecanismos que regulavam a montagem dos acordos e das redes de negócios, que começavam a se estabelecer antes os moradores desta capitania e os das demais localidades como Pernambuco e Bahia.

Os atores sociais que compunham essa dinâmica eram aqueles que assumiam a identidade de colonos, os responsáveis pela conquista do sertão, que vinham do leste da Capitania da Parahyba e de Pernambuco que aspiravam, num primeiro momento, à subsistência, demandando a aquisição de sesmarias e apropriação dos recursos naturais e num, segundo momento, à ascensão social, como proprietário e senhor de terras e gados já estabelecido. A busca e inserção no sistema sesmarial apontou um movimento crescente de ocupação do território do oeste da Capitania e ensejou a formação de um novo seguimento social por essas terras.

Em se tratando de um ambiente caracterizado pelo Antigo Regime, a conquista e a defesa de terras, a serviço do rei, era o principal argumento utilizados pelos colonizadores na busca pela aquisição de sesmarias. O objetivo dessa prática era conseguirem junto ao monarca novas terras para que nelas pudessem estabelecer suas fazendas e o criatório de gado. Essa prática foi de fundamental importância para o processo de ocupação efetiva, não só do sertão da capitania da Paraíba, mais de todo território pertencente a coroa portuguesa.

O principal mecanismo encontrado pelos colonizadores e seus descendentes para ocupar cargos de administração, veio a ser operado pelo sistema de mercês, benesses concedidas pela coroa portuguesa àqueles que lhes prestavam serviços. As primeiras formas de pedido solicitadas pelos colonizadores à Coroa amparavam-se na participação e vitória em guerras contra o gentio, que culminava no pedido e possível concessão de sesmarias. Essa prática que tem suas origens em Portugal possibilitava a coroa criar uma hierarquia social fortemente desigual e aristocrática, baseada em privilégios. Tal prática proporcionava a preservação da estrutura social de Portugal nos trópicos.

¹ Graduada no curso de licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande, e-mail: mayaramillena@gmail.com

Exemplos dessa prática aparecem constantemente nos pedidos de sesmarias, que nos permitem ter uma boa visibilidade acerca dos discursos e dos argumentos utilizados pelos colonizadores para conseguirem as *mercês*, como forma de recompensa aos serviços militares prestados ao rei na colônia. O exemplo mostrado a seguir foi retirado do livro APONTAMENTOS PARA HISTÓRIA TERRITORIAL DA PARAÍBA de João de Lyra Tavares, datado de primeiro de novembro de 1701.

Capitão-Mor Theodosio de Oliveira Lêdo, Alferis Diogo Pereira de Mendonça, João Baptista de Freitas, Alferes Antônio Baptista de Freitas e Antonio Fernandes de Sousa, dizem que tendo servido a S. M. em muitas ocasiões que se ofereceu nesta capitania contra o inimigo tapuia; e tendo descoberto algumas terras em o sertão, em parte remota, que nunca foram povoadas, em um rio chamado pelo gentio *Quinturá*, que corre do sul para o norte e vae fazer barra nas Piranhas, em quis terras querem acomodar seus gados, começando a povoal-as do primeiro poço das nascentes do dito rio para baixo, até se inteirarem por uma e outra parte, visto nunca haverem sido descobertas. Por despacho do provedor declaram mais os suplicantes, que as terras que pediam eram nos sertão das Piranhas, e nunca foram povoadas, e confrontam com o Seridó e com as datas dos Oliveira ao largo por que o rio *Quinturá*, em que pediam a data, era sertão oculto ate o presente. Foi feita a concessão de 2 largos de comprimento e 1 de largura a cada um, pelo capitão-mor Francisco de Abreu Pereira.

Um primeiro ponto que podemos destacar para análise é o fato desses colonizadores já estarem vinculados a certa atividade comercial, sendo esta ligada ao criatório de gado, uma vez que almejavam a aquisição terras para criarem os seus rebanhos. Para nos esse dado funciona como indício do processo de formação de uma atividade econômica, que ao se estabelecer contribuiu para geração de renda e constituição de negócios naquela sociedade sertaneja, e para o povoamento efetivo da região de Piranhas e Piancó. Outro ponto que podemos destacar é o discurso que os colonizadores utilizavam para adquirirem as terras, alegando sempre o sucesso nas disputas militares contra o gentio.

Através do trabalho com a documentação, podemos perceber que na medida em que esses colonos iam adquirindo as sesmarias e davam início ao movimento de ocupação, os mesmos, também começavam a exercer práticas e modos de administrar a vida social e comercial que lhes proporcionava a ascensão na hierarquia daquela sociedade em constituição.

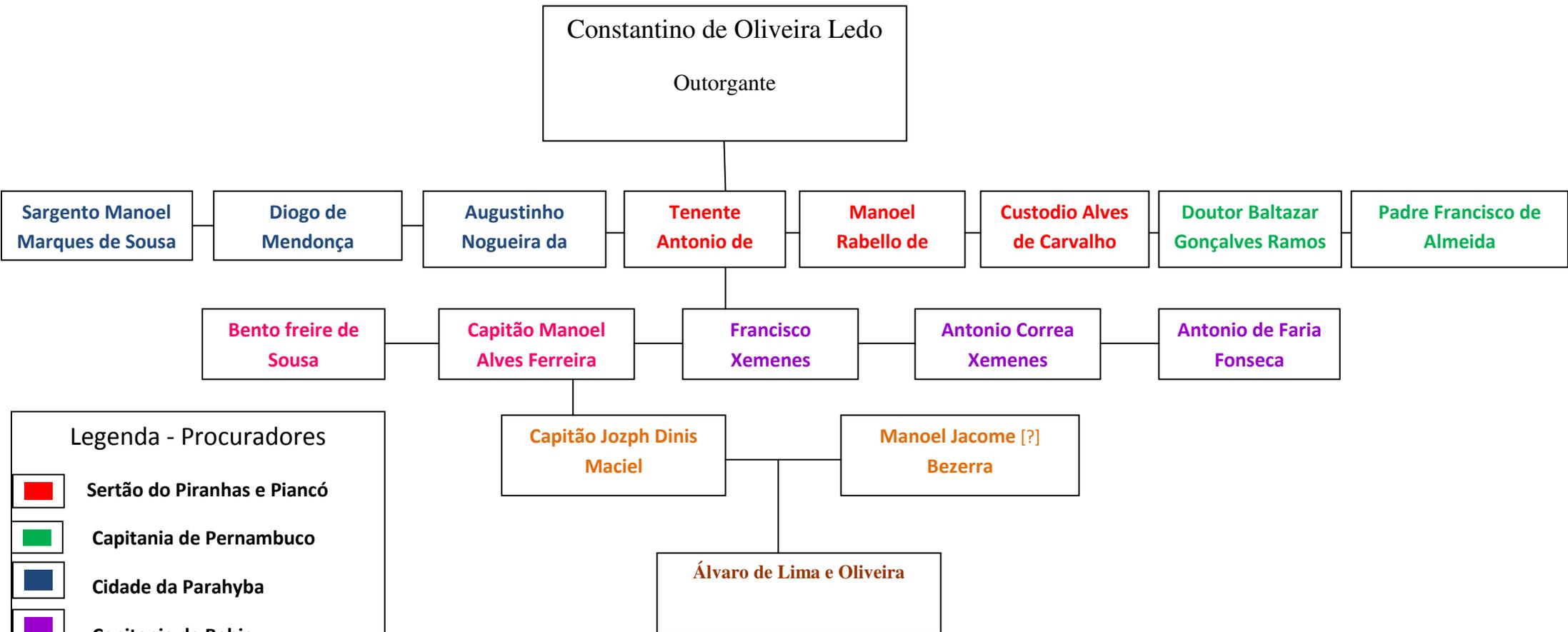
A partir das *procurações*, por exemplo, podemos esgarçar um complexo tecido de relações, tanto entre os próprios colonos, como entre estes e os das demais capitânicas. Tais relações eram capazes de criar e manter redes sociais e clientelares que envolveram outorgantes, procuradores, comerciantes, escrivães e testemunhas. Relações de interesse mútuas que proporcionaram, além de formação riquezas, a possibilidade de pertencimento ao topo da hierarquia social e político e de fazer parte nas decisões comerciais. O papel dos outorgantes e de seus procuradores foi de importante destaque nestas relações, por tecerem uma ampla rede de interesses locais, regionais, construídos especialmente na sociedade que estava passando por um processo de constituição.

Estudar as relações entre as diversas localidades num ambiente caracterizado pelo Antigo Regime a partir dessas “*procurações*” significa, também, compreender as redes sociais e comerciais (na gestão dos bens materiais) entre os responsáveis pelo processo de conquista e pela geração de riquezas. Nesta dinâmica, as elites locais organizavam-se em grandes grupos, criando facções capazes de se manterem na dianteira do controle administrativo da sociedade sertaneja em formação.

O movimento de conquista proporcionou aos colonos naquele momento a formação, como já foi dito, de uma teia de relações econômicas, políticas, administrativas e clientelares; tais redes de poder foram às responsáveis pela composição de uma elite colonial, que estavam mais precisamente preocupadas em manter e ampliar as suas riquezas na busca constante pela permanência no topo da hierarquia social.

Entretanto, se analisarmos de maneira pormenorizada essas *procurações*, percebemos o estabelecimento e a concretude da administração por essas terras, detectando o que possibilitava a sua dinâmica: a formação das “redes” de poder. As redes administrativas compunham-se por um conjunto de atores sociais que mantinham identidades e interesses comerciais mútuos na gestão de seus bens materiais. Era por meio delas que se efetivavam a administração dos bens e cabedais. Dessa forma o mecanismo jurídico, administrativo e comercial era efetivado pelas *procurações*, compra e vendas de terras e gados, mecanismos de trespasso etc. viabilizando e instituindo práticas costumeiras na gestão dos negócios e nas atividades comerciais. Para nós, essas maneiras de constituir a nova sociedade, funcionavam como estratégias de controle administrativo que estava começando a se estabelecer entre os moradores das mais

diversas localidades, mantendo-os a todo o momento conectados. Logo abaixo temos o exemplo da formação de uma rede de poder mediante o estabelecimento de uma procuração.



Legenda - Procuradores

-  Sertão do Piranhas e Piancó
-  Capitania de Pernambuco
-  Cidade da Parahyba
-  Capitania da Bahia
-  Rio do Peixe
-  Testemunhas
-  Tabelião/ escrivão

O mesmo outorgante expediu procuração a vários representantes legais nas mais diversas localidades, para que cada um deles, e nos ditos locais, pudessem cuidar e administrar seus bens da melhor forma possível. Esse era o mecanismo utilizado pelos outorgantes para administrarem os seus próprios negócios e bens que os mesmos tinham estabelecidos em lugares diferentes.

Percebemos a partir desse tipo de documentação o estabelecimento de redes comerciais, clientelares, de poder e alianças familiares como forma de estratégias administrativas, entre os grupos de interesses no interior de extensas redes clientelas; tais políticas também podem ser vista como resultado da ação conjunta entre os outorgantes e seus procuradores, cada um com seu interesse próprio. Compreendemos também que essas redes ultrapassavam as fronteiras da capitania da Paraíba, chegando às demais capitanias.

Então, através dos postos da administração, do estabelecimento de redes de negócios e o comércio constituído pelo criatório de gado, as elites locais se transformaram no restrito ciclo nas primeiras famílias senhoriais do sertão da capitania da Paraíba. Era a formação de relações políticas que lhe dava legitimidade social.

Outro ponto de análise que perpassa a constituição dessas “redes” administrativas é que as mesmas anunciam o “lugar social” dos atores envolvidos. Ao situarmos socialmente os outorgantes e seus ditos procuradores, encontramos referências não só aos bens, mas aos cargos que os mesmos possuíam e estavam investidos. A maioria deles ocupa funções de sargentos-mores, tenentes, capitães, doutores, bacharéis formados, licenciados, bem como possuidores de cabedais como: dinheiro, ouro, prata, fazendas, gados, terras, bens de raiz, escravos etc. Para nós, essas evidências funcionam como indicadores do lugar social privilegiado que essas pessoas estavam ocupando, como também, da formação estrutural de uma sociedade sertaneja corporativa, uma vez que a nobreza da terra aí presente detinha a posse e o poder sobre “terras”, “gados”, “escravos” e outros bens, utilizando-se dos meios administrativos disponíveis para dar o comando de todas as atividades de gestão de seus interesses particulares.

Um exemplo de elite colonial que compunha a formação das redes é o próprio Constantino de Oliveira Ledo, que além de ser uma pessoa de muitas posses (dono de terras, gados, escravos) também descendia dos primeiros conquistadores (os Oliveira

Ledo), tendo vinculações com a família D'Ávila da Casa da Torre, capitania da Bahia. Essa “descendência de poder” ocorreu por que a coroa portuguesa passou a conceder mercês e privilégios a indivíduos e grupos associados ao processo de expansão dos territórios, dessa forma tais concessões acabaram por se constituir no desdobramento de uma cadeia de poderes que se perpassavam entre as parentelas.

No entanto, também verificamos a presença de outros atores sociais que também faziam parte das elites coloniais dentro de extensas redes familiares em busca de práticas administrativas. podemos citar o exemplo dos procuradores (responsáveis legais por administrar os bens dos outorgantes) também vão ocupar papel importante nessas práticas, pois eles eram pontos chaves, funcionando como elo de ligação no fortalecimento e manutenção dessas redes, da qual dependia o permanência da elite colonial no topo da hierarquia social.

Vale ainda aqui perguntar quem numa sociedade colonial tinha condições de inferir na economia? Somente aquele que se arrogavam as melhores famílias da terra e que estavam inseridos nas redes comerciais e sociais, possuindo, portanto poder de mando e legitimidades dentro da sociedade.

A criação desses constantes vínculos nada mais era do que a consequência do movimento de expansão colonial, pois na medida em que iam se estabelecendo o novo povoamento os conquistadores se atribuíam a condição de nobreza da terra, e dessa forma tendiam a manter laços familiares e sociais, ou seja, a expansão territorial da sociedade colonial implicou na constituição de uma malha e alianças entre as elites coloniais.

Na medida em que essas “elites” sociais iam constituindo ente si interesses recíprocos, que envolviam questões comerciais e administrativas, automaticamente eles criavam ente si laços de dependência, que se traduzia em pactos de alianças entre esses atores, ou seja, atos geradores de benesses e reciprocidades, uma vez que aos poucos acabavam por se transformar em uma cadeia de acordos e serventias de uns para com os outros em benefício próprio.

Portanto, percebemos que a conquista de novas terras acabou proporcionando a extensão física da hierarquia colonial onde os conquistadores e os seus descendentes acabaram se colocando como as melhores famílias da terra. E voltando mais precisamente para a formação da

elite colonial sertaneja, percebemos através da constituição dos tratos e negócios o seu estabelecimento e a sua fixação nas novas localidades.